

Revista Acadêmica ESMP/CE Ano 10 n. 2 jul./ dez. 2018

Endereço da Revista Eletrônica:

<http://www.mpce.mp.br/institucional/esmp/revista-eletronica/revista-academica/>

Artigos Nacionais:

VIDAS PRESERVADAS: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PELA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Anna Gabriela Pinto da Costa

O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Débora Tomé de Sousa; Dairton Costa de Oliveira; Raquel Coelho de Freitas

A ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS DO INTERESSADO NO RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE NO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

José Wagner Rodrigues Longuinho

COMPOSIÇÃO NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: IMPLEMENTAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ

Leydomar Nunes Pereira

MINISTÉRIO PÚBLICO, VÍTIMA E INQUÉRITO POLICIAL: UMA ANÁLISE DO PLS N.º135/2018

Marcus Vinícius Amorim de Oliveira

A CONCESSÃO DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A LEI 11.804/2008

Marina Girão de Oliveira Machado

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DA SAÚDE E O NECESSÁRIO DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE AS FUNÇÕES ESTATAIS

Rodrigo de Luna Lima

A LACUNA JURÍDICA EM RELAÇÃO AO ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL E A POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA VÍTIMA

Denisson Gonçalves Chaves; Mágila Martins Furtado

Artigos Internacionais:

EMERGING DISCLOSURE REGIME IN CRIMINAL PROCEEDINGS IN NIGERIA: ISSUES AND PROSPECTS

Akeem Olajide Bello

PROSECUTORIAL DISCRETION AND INDEPENDENCE OF THE ICC PROSECUTOR: CONCERNS AND CHALLENGES

David Baxter Bakibing

LA FLAGRANCIA COMO PROCEDIMIENTO EXPEDITIVO Y EL RESGUARDO DE LOS DERECHOS FUNDAMENTALES

Fernando M. Rodrigo

QUAL A IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NASCIDAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E ABUSO DE FORÇAS DE PAZ (CAPACETES AZUIS)? CASO DAS CRIANÇAS MONUSCO

Michel Mugaruka Kaboyi

RESEARCH ON MULTIPLE HOMICIDE IN HUNGARY

Nagy László Tibor; Orsolya Bolyky

THE ETHICS AND MORAL STATUS UNDER THE RULE OF LAW OF PROSECUTERS

Talat Faruq Lone

DEPOIMENTO SEM DANO E AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 13.431/2017

Anna Gesteira Bäuerlein Lerche Valsani
Izabella Drumond Matosinhos

AS POSSÍVEIS DECISÕES DO PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS DA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL, REGULADO PELAS RESOLUÇÕES CNMP N. 181/2017 E CSMP/AM N. 006/2015

Christianne Corrêa

A VALORAÇÃO DOS ATOS INFRACIONAIS NA DOSIMETRIA DA PENAIMPRESCINDIBILIDADE DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA USUCAPIÃO

Aureliano Rebouças Júnior
Rafaela Pacheco Nunes

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: PREVENÇÃO DE FALHAS E EFETIVIDADE NOS RESULTADOS

Claudia Lucio de Medeiros

O PAPEL DAS NORMAS DE REPETIÇÃO OBRIGATÓRIA NA AUTONOMIA ESTADUAL

Eduardo Rocha Dias
Ana Cristina Viana Loureiro Gonçalves

A INTERFACE ENTRE AS DEMANDAS COLETIVAS E AS DEMANDAS INDIVIDUAIS QUE GERAM REPERCUSSÕES COLETIVAS: ANÁLISE DAS AÇÕES INDIVIDUAIS COM EFEITOS COLETIVOS E AS AÇÕES PSEUDOINDIVIDUAIS

Fabrcio Rocha Bastos

O CRIME DE DESOBEDIÊNCIA À REQUISIÇÃO EMANADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM INQUÉRITO CIVIL E A RESPONSABILIDADE PENAL DO PREFEITO MUNICIPAL

Flávio Eduardo Turessi

DIREITO PENAL ECONÔMICO E A OPERAÇÃO LAVA-JATO

Lino Edmar de Menezes

DECISÃO JUDICIAL E CUSTOS DOS DIREITOS: A UTILIZAÇÃO DA VARIÁVEL ECONÔMICA NA CONSTRUÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL

Pedro Henrique Azevedo Lopes Ferreira
Rebeca Costa Gadelha da Silveira

O “ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL” E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES

Raimundo Evandro Colaço Filho

VALORACIÓN CRÍTICA DE LA REGULACIÓN DE LA LEGÍTIMA DEFENSA EN EL CÓDIGO PENAL

Esp. Dimas a. Herrera Gandol

INAPLICABILIDAD DE LA PROBATION COMO RESPUESTA PENAL FRENTE A LA VIOLENCIA CONTRA LA MUJER

Fernando M. Rodrigo
Jessica R. Gimenez

TOWARDS A COMPREHENSIVE PROSECUTION SERVICE IN ETHIOPIA: NOTING THE NEW DEVELOPMENTS

Leake Mekonen Tesfay

EL PARADIGMA DEL FISCAL LATINOAMERICANO DESAFÍOS DE LA JUSTICIA: JUSTICIA VERSUS SEGURIDAD JURÍDICA

Miguel Angel Villalobos Caballero

Possibilidade de intervenção judicial na crise do sistema penitenciário
Aureliano Rebouças Júnior

O efetivo exercício do trabalho no serviço público pelas pessoas com deficiência por meio do mandado de injunção
Carlos César Sousa Cintra
Milena Sousa de Oliveira

Imprescindibilidade da intervenção do Ministério Público na usucapião
Ednéa Teixeira Magalhães
Zilda Carolina Dias Paiva Cândido

A judicialização das questões ambientais e os seus impactos do meio ambiente ecologicamente equilibrado: um estudo de caso da aplicação da Lei nº 9.985/20001
Jaiana Lopes de Araújo
Ana Carolina Barbosa Pereira Matos
Maria da Paz Kannoock Alves Pereira

Liberdade vigiada: reflexões sobre o monitoramento eletrônico no Brasil
Leo Junqueira Ribeiro de Alvarenga

Investigação criminal, sistema acusatório e Ministério Público: similitudes e diferenças entre os códigos de processo penal português e brasileiro
Marcus Vinícius Amorim de Oliveira

Denúnciação da lide em ação civil pública de responsabilidade civil por danos ambientais
Renato Pessoa Manucci

Conceito e natureza jurídica do feminicídio
Ythalo Frota Loureiro

Good governance of the european prosecution services in the anti-corruption context
Elnur Musayev

La determinación de la pena en el procedimiento abreviado
Fernando M. Rodrigo

Challenges in performance evaluation system of prosecutors
Goran Ilic´
Marina Matic´ Boškovic´

Los menores como sujetos pasivos del derecho penal. tratamiento y protección
Gretter Valdés Rosales
Marisol Brito Villalta

Public prosecutors to defend the public interest: legitimacy, objectives, methods and accountability
José P. Ribeiro de Albuquerque

El fiscal ante el juicio oral
Lázaro Esteban Guzmán Díaz